

## DIMENSÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS QUE CARACTERIZAM A VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO: UM ENFOQUE NAS QUESTÕES DE GÊNERO

Jackeline Abílio de Souza (1); Ana Tereza Medeiros Cavalcanti da Silva (2); Ulisses Umbelino dos Anjos (3)

(1) Universidade Federal da Paraíba, e-mail: jackabilio@yahoo.com.br; (2) Universidade Federal da Paraíba, e-mail: anaterzaprof@gmail.com; (3) Universidade Federal da Paraíba, e-mail: ulissesanhos@gmail.com

**Resumo:** Apesar da normatização que garante acesso à atenção integral à saúde à população privada de liberdade, foi apontado que as políticas públicas voltadas a esse grupo não contemplam ações pautadas nas questões de gênero e nas necessidades de saúde de mulheres em situação de prisão. Assim, este estudo teve o objetivo de caracterizar socialmente e economicamente a população de mulheres em situação de prisão, com base na literatura científica publicada nacionalmente tendo como enfoque as questões de gênero. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, por meio da qual foram selecionados, analisados e interpretados 14 artigos científicos completos, publicados no período de 2004 a 2014, no idioma português. A análise dos trabalhos que foram revisados por este estudo demonstrou um perfil social e econômico de mulheres que, na sua maioria, são negras e jovens, estavam solteiras e apresentaram história de baixa condição financeira e baixa escolaridade. Adotando a abordagem de gênero, discutiu-se o impacto da opressão vivenciada pelas mulheres na sociedade mais ampla e o seu reflexo nas condições de vida da população estudada.

**Palavras-chave:** mulheres, prisões, saúde, gênero.

### Introdução

As informações sobre o Sistema Prisional brasileiro revelam que o número populacional carcerário nacional é elevado e crescente. O Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro – Infopen (2014), com base nos dados do International Centre for Prison Studies (2014), revelou que, em termos de taxa de aprisionamento, o país encontra-se na quarta posição quando comparado a outros países, ficando atrás dos Estados Unidos, da Rússia e da Tailândia (BRASIL, 2014a citando INSTITUTE FOR CRIMINAL POLICY RESEARCH, 2014). Não obstante o número acentuado de pessoas presas (607.731 internos), a análise da taxa de aprisionamento no Brasil referente ao período de 1995 e 2010 mostrou que a população prisional cresceu 136%, situando o país em segundo lugar entre os países que mais cresceram no período analisado (BRASIL, 2014a citando INSTITUTE FOR CRIMINAL POLICY RESEARCH, 2014).

Também citando os dados publicados em relatório pelo Institute for Criminal Policy Research (2014), o INFOPEN MULHERES revelou que a taxa de aprisionamento na população prisional feminina brasileira colocou o país na sétima posição em relação aos demais países, perdendo para a Tailândia, os Estados

(83) 3322.3222

contato@conbracis.com.br

[www.conbracis.com.br](http://www.conbracis.com.br)

Unidos, a Rússia, o Taiwan, o Vietnã e o Myanmar. Apesar da população feminina privada de liberdade ser menor, em termos absolutos, que a população carcerária masculina, a primeira cresceu, entre os anos de 2000 e 2014, mais que o dobro em relação à segunda, chegando a atingir um número total de 37.380 mulheres em cárcere (BRASIL, 2014b citando INSTITUTE FOR CRIMINAL POLICY RESEARCH, 2014).

Essa constatação de que a população feminina cresceu mais do que a população masculina no período analisado torna-se relevante no contexto do cumprimento aos direitos à saúde, visto que, conforme o relatório publicado pelo Infopen alguns entraves foram apontados no que tange à garantia da atenção à saúde às pessoas em situação de prisão (BRASIL, 2014a). Nesse relatório, foi observado que menos da metade (37%) das penitenciárias brasileiras refere existir o módulo da saúde no presídio. No que tange às unidades femininas, pouco mais da metade (52%) refere existir o módulo da saúde na instituição (BRASIL, 2014a).

Apesar dos desafios enfrentados por essa população, no que diz respeito ao acesso à atenção à saúde nas prisões, a Lei de Execução Penal (nº 7.210) garantiu o respeito à integridade física e moral da pessoa em situação de prisão e o respeito a todos os direitos fundamentais não atingidos pelo aprisionamento (BRASIL, 1984a). Posteriormente à publicação da Lei nº 7.210, o direito à atenção à saúde foi resguardado como um direito fundamental a todos os indivíduos, sem distinção, pela Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988).

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a assistência às pessoas em regime fechado começou a ser efetivada enquanto serviço a partir da publicação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (BRASIL, 2005). Quase uma década após a elaboração do plano, foi publicada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade com o objetivo de “garantir o acesso das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional ao cuidado integral no SUS”. (BRASIL, 2014c, art.5º).

Não obstante os avanços alcançados no que diz respeito à normatização dos direitos da pessoa privada de liberdade, as políticas criminais ainda são frágeis, tendo em vista que não contém estratégias específicas para assistir às necessidades dessa população (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2009), nem tampouco para considerar as diferenças de gênero (CEJIL, 2007). Segundo Rampin (2011), o sistema penal tem se estruturado de forma androcêntrica: a formulação e a implantação de todas as políticas criminais, inclusive as políticas destinadas às mulheres, têm tomado como

referência o paradigma masculino hegemônico, representando uma violação da cidadania e da dignidade do grupo feminino privado de liberdade. Assim, o sistema prisional brasileiro, ao considerar a existência de apenas um perfil de pessoas em situação de prisão, o perfil masculino hegemônico, deixa de atender às especificidades da população feminina privada de liberdade (RAMPIN, 2011).

Considerando a problematização apresentada, este estudo buscou caracterizar social e economicamente a população de mulheres em situação de prisão, com base na literatura científica publicada nacionalmente, assumindo a categoria Gênero enquanto perspectiva teórica de análise, com a finalidade de subsidiar a elaboração de políticas públicas de saúde pautadas nas necessidades da população feminina privada de liberdade.

Ao considerar a categoria Gênero enquanto perspectiva teórica orientadora deste trabalho, adotou-se o argumento de Scott (1995, p.86) sobre esse conceito. Segundo a autora, na categoria Gênero estão imbricados conceitos normativos que “[...] tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino” na sociedade.

## **Metodologia**

Trata-se de uma revisão integrativa cujo recorte teve a finalidade de responder a seguinte questão norteadora: Como se distribuem as características sociais e econômicas de mulheres em situação de prisão no Brasil?

Foram incluídos no estudo: artigos originais completos, publicados em periódicos indexados em bases de dados ou em biblioteca virtual no idioma português no período entre 2004 a 2014. Foram excluídos: trabalhos que não atenderam aos critérios de inclusão; artigos publicados mais de uma vez na mesma base de dados ou biblioteca virtual; artigos publicados mais de uma vez em base de dados ou biblioteca virtual diferentes; estudos realizados através da metodologia de revisão bibliográfica; estudos que não continham mulheres privadas de liberdade entre os sujeitos; pesquisas cujos problemas não ocorreram em território brasileiro; e trabalhos cujo conteúdo não permitiu responder à questão norteadora desta revisão integrativa.

O levantamento eletrônico dos artigos foi realizado por meio dos descritores “Mulheres” e “Prisões” (DeCS, 2015) mediante a estratégia de busca “Mulheres AND Prisões”. O levantamento bibliográfico foi realizado

no período entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016 pelo acesso on-line à Biblioteca Científica Eletrônica Scientific Electronic Library Online/SciELO e às bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde/LILACS; Index Psicologia - Periódicos técnico-científicos; e Base de Dados de Enfermagem/BDENF.

Para a etapa de seleção dos artigos foi elaborado e utilizado um instrumento de pesquisa que contemplou as seguintes variáveis: nome da base de dados ou biblioteca virtual; título do trabalho; ano de publicação do artigo; tipo de documento; disponibilidade/modo de apresentação do artigo; idioma; número de publicações; tipo de estudo; sujeito do estudo; e cenário da pesquisa.

Inicialmente foram incluídos 35 artigos científicos. Subsequentemente, foram excluídos 21 artigos, possibilitando obter a amostra final de 14 artigos científicos originais completos, publicados no idioma português, no período entre 2004 a 2014, que versam sobre mulheres privadas de liberdade em unidades prisionais brasileiras. Para a aplicação dos critérios de exclusão, os autores realizaram a leitura dos títulos, dos resumos e, quando necessário, do texto completo dos artigos.

Tendo selecionado os artigos científicos, após a aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão foi iniciada a análise dos estudos. Os artigos incluídos foram lidos e explorados por meio de um instrumento de pesquisa que contemplou os seguintes itens: título; autores; ano de publicação; periódico; população estudada; método e tipo de estudo; cenário da pesquisa; objetivos; principais resultados e principais conclusões. Posteriormente ao preenchimento do instrumento da pesquisa, os resultados foram interpretados e estão apresentados na sessão que segue.

## **Resultados e Discussão**

A análise dos documentos selecionados mostrou que os artigos científicos apresentaram datas de publicação referentes ao período de 2004 a 2014, sendo que houve um incremento de trabalhos publicados nos cinco últimos anos do período citado. Apenas quatro artigos científicos foram publicados em um período superior a cinco anos. Vale destacar também a ausência de publicações nos anos de 2005, 2008 e 2010, conforme o quadro 1. As demais informações estão disponibilizadas no quadro 2.

No que diz respeito à abordagem metodológica dos artigos que compuseram a amostra desta revisão integrativa, a maioria dos trabalhos

utilizou métodos quantitativos para analisar objetos de estudos cujos sujeitos corresponderam às mulheres privadas de liberdade, em unidades prisionais localizadas nas regiões Nordeste, Sudeste ou Centro-oeste. Nenhum estudo teve como cenário penitenciárias localizadas na região Norte ou Sul. Em número absoluto, destacam-se os trabalhos realizados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará.

<b>Autoria</b>	<b>Ano</b>	<b>Periódico Científico</b>
Anjos et al	2013	Rev. bras. enferm. [online]
Barcinski	2012	Psico-USF [online]
Carvalho et al	2006	Ciência & Saúde Coletiva
Ferreira et al	2014	Ciênc. saúde coletiva [online]
Ireland; Lucena	2013	Educação & Realidade
Lessa et al	2012	Rev. Latino-Am. Enfermagem
Miranda; Merçon-de-Vargas; Viana	2004	Rev. Saúde Pública
Nicolau et al	2012	Acta Paul Enferm. [online]
Oliveira et al	2013	Online Brazilian Journal of Nursing
Pícoli et al	2014	Revista Baiana de Saúde Pública
Quitete et al	2012	Rev Psiq Clín.
Scherer et al	2011	Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.
Scherer; Scherer	2009	Cogitare enferm. [online]
Strazza et al	2007	Cad. Saúde Pública

Quadro 1: Descrição dos artigos selecionados conforme autoria, ano de publicação e periódico científico.

Esta investigação sobre características que envolvem dimensões sociais e econômicas na população de mulheres em situação de prisão apontou para a ocorrência de uma diversidade de fenômenos que parecem impactar a vida desse grupo. Nesse contexto, estudos realizados com mulheres privadas de liberdade em penitenciárias dos estados de Espírito Santo, Ceará e Paraíba revelaram que essa população é majoritariamente jovem, com uma média de 30 anos de idade aproximadamente (MIRANDA; MERCON-DE-VARGAS; VIANA, 2004; NICOLAU et al, 2012; OLIVEIRA et al, 2013). Essa característica acompanha a situação da população feminina prisional nacional, uma vez que, conforme o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias publicado em 2014, a maioria dessas mulheres estava na faixa etária entre 18 e 29 anos (BRASIL, 2014b).

<b>Autoria</b>	<b>População estudada</b>	<b>Abordagem</b>	<b>Cenário do Estudo</b>
Anjos et al	36 mulheres privadas de liberdade	Quantitativa	Instituto penal feminino, CE.
Barcinski	02 mulheres privadas de liberdade	Qualitativa	Presídio feminino, RJ.
Carvalho et al	2.039 presos, entre homens e mulheres	Quantitativa	Unidades prisionais femininas e masculinas e hospitais psiquiátricos, RJ
Ferreira et al	290 mulheres privadas de liberdade	Quantitativa	Colônia Penal Feminina, PE.
Ireland; Lucena	48 mulheres privadas de liberdade	Qualitativa	Penitenciária Feminina, PB
Lessa et al	672 prontuários de mulheres privadas de liberdade.	Quantitativo	Instituto Penal Feminino, CE.
Miranda; Merçon-de-Vargas; Viana	121 mulheres privadas de liberdade	Qualitativa	Penitenciária Feminina, ES.
Nicolau et al	155 mulheres privadas de liberdade	Quantitativo	Penitenciária feminina, CE.
Oliveira et al	551 mulheres privadas de liberdade	Quantitativa	Penitenciárias feminina, PB.
Pícoli et al	12 mulheres privadas de liberdade	Quantitativa.	Presídio Feminino, MS.
Quitete et al	134 mulheres privadas de liberdade	Quantitativa	Presídio Nelson Hungria, RJ.
Scherer et al	310 mulheres privadas de liberdade	Quantitativa	Penitenciária Feminina, SP
Scherer; Scherer	15 mulheres privadas de liberdade	Qualitativa	Penitenciária Feminina, SP
Strazza et al	290 mulheres privadas de liberdade	Quantitativa	Penitenciária feminina, SP

Quadro 2: Descrição dos artigos selecionados conforme autoria, população estudada e cenários dos estudos.

Além de jovem, pesquisas desenvolvidas no Ceará e em São Paulo demonstraram que predominavam, na população feminina privada de liberdade investigada, pessoas que declaravam ser pardas (ANJOS et al, 2013; LESSA et

al, 2012; SCHERER et al, 2011). No Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, a raça/cor/etnia majoritariamente declarada por 67% da população prisional nacional feminina foi a negra (BRASIL, 2014b). Segundo esse Levantamento, a categoria negra inclui pretas e pardas (BRASIL, 2014a). As demais declararam-se ser branca, amarela, indígena ou ser de outras raças/cor/etnias (BRASIL, 2014b).

Os estudos ainda demonstraram que, geralmente, as mulheres em situação de prisão estavam solteiras ou em união marital durante o levantamento das informações (NICOLAU et al, 2012; OLIVEIRA et al, 2013). No âmbito nacional, também foi revelado que a maioria das mulheres privadas de Liberdade, nas penitenciárias brasileiras, estava solteira (57%) quando as informações foram levantadas (BRASIL, 2014b).

No que tange ao estudo da condição penal em penitenciárias paraibanas, predominaram mulheres réis primárias que estavam em aprisionamento provisório (OLIVEIRA et al, 2013). Assim, a menor parcela (29,1%) da população prisional feminina encontrava-se com a pena sentenciada (OLIVEIRA et al, 2013). Apesar de existir duas situações diferenciadas (pessoas não sentenciadas e pessoas sentenciadas), uma investigação revelou que na Penitenciária Feminina do Espírito Santo esses dois grupos compartilhavam as mesmas condições de encarceramento (MIRANDA; MERCON-DE-VARGAS; VIANA, 2004).

As investigações realizadas nas penitenciárias dos estados de Espírito Santo, Paraíba e Mato Grosso do Sul, instituições localizadas em três regiões diferentes do país, revelaram que o tipo de delito que mais acarretou a perda da liberdade na população feminina foi o tráfico de entorpecentes (MIRANDA; MERCON-DE-VARGAS; VIANA, 2004; OLIVEIRA et al, 2013; PÍCOLI et al, 2014). Em outra pesquisa, os demais delitos estiveram representados pelo furto e pelo roubo (NICOLAU et al, 2012).

Além da maior proporção de registro de crimes relacionados ao tráfico de drogas, o uso de substância lícitas e ilícitas foi um evento comumente relatado pelo grupo feminino privado de liberdade nos estudos abaixo citados. Quase a metade da população feminina (45,5%) em situação de prisão em um presídio do Rio de Janeiro informou o consumo de drogas ilícitas antes da prisão (QUITETE et al, 2012). As histórias de vida dessas mulheres revelaram ainda que a maioria tinha convivência com pais que consumiam entorpecentes. No elenco de drogas ilícitas consumidas por elas, a *Cannabis* foi a mais apontada. Nesse estudo, entre as drogas lícitas, o uso de tabaco foi referido por 68,6% da população estudada (QUITETE et al, 2012). No estudo de Oliveira et al (2013) a proporção de tabagistas subiu para 77,5%. Antes da prisão, o álcool foi frequentemente apontado como

droga utilizada por um outro grupo de mulheres investigado (74,3%), mas a frequência do consumo na prisão reduziu para 9,7% (CARVALHO et al, 2006).

Não obstante o fato de ser frequente o uso de drogas ilícitas citado pelo estudo apresentado anteriormente, a ocorrência de violência sofrida antes (BARCINSKI, 2012; FERREIRA et al, 2014) e durante o cárcere foi revelada por mulheres em situação de prisão (SCHERER; SCHERER, 2009). O acontecimento da violência antes do aprisionamento - principalmente a violência física, seguida da psicológica e da sexual (35,2%, 31,8% e 3,8%, respectivamente) - foi relatado por mulheres em situação de prisão em Pernambuco (FERREIRA et al, 2014). Nos casos de violência cometidos contra as mulheres, antes da perda da liberdade, o companheiro foi apontado como o agressor mais frequente (44,1%) - quando comparado a outros protagonistas da violência (FERREIRA et al, 2014).

Nicolau et al (2012) também observaram que, antes da reclusão, parcela das mulheres privadas de liberdade vivenciou uma situação socioeconômica desfavorável, com história de trabalhos não remunerados, empregos de baixa remuneração e de pouca capacitação profissional ou o desemprego. Naquele estudo, foi revelado ainda que a maioria (56,1%) das mulheres em situação de prisão tinha uma renda mensal familiar de até um salário mínimo.

Segundo Saffioti (2013), o trabalho significa para a mulher não apenas uma fonte financeira, mas uma fonte de equilíbrio. Através dele a mulher pode participar da vida social, ter um pouco mais de segurança e ter liberdade econômica. No entanto, o trabalho ainda não garante a emancipação feminina desejada, visto que esse grupo social ainda exerce funções marginalizadas no mercado de trabalho – fortalecidas pela mistificação da inferiorização social feminina, que subvaloriza as capacidades desse sexo e reforça a supremacia masculina. Ao mesmo tempo que o trabalho constitui um dos caminhos para a emancipação das mulheres, elas ainda precisam enfrentar a sobrecarga de estarem inseridas em um mercado de trabalho que ainda não lhes oferece condições adequadas para exercer, simultaneamente, a atividade remunerada e os papéis familiares (SAFFIOTI, 2013).

Nesse contexto, uma investigação realizada na capital da Paraíba revelou que, entre as atividades exercidas antes da prisão, a maioria das mulheres entrevistadas enfrentou profissões pouco valorizadas socialmente e com baixa remuneração (IRELAND; LUCENA, 2013). No estudo de Strazza et al (2007), entre as atividades profissionais exercidas pelas mulheres investigadas, a maioria exerceu a profissão de serviços gerais (39%). A porcentagem das que trabalharam com a profissão de doméstica foi de 25% (STRAZZA et al, 2007). Considerando as baixas condições financeiras

das mulheres em situação de prisão, alguns autores afirmam que a “[...] entrada na vida criminal, muitas vezes, representa um complemento ou, até mesmo, o único meio de obter renda, a fim de alcançar um incremento financeiro mais rápido”. (NICOLAU et al, 2012, p.390). Nesse âmbito, o tráfico de drogas parece ser uma alternativa de renda, conforme explicam os autores a seguir:

[...] ao se depararem, no cotidiano, com a ineficácia das políticas públicas de educação e de trabalho adaptadas à condição feminina, e, ao mesmo tempo, com a abertura de vagas no mercado delituoso, em especial, o das drogas, essas mulheres acabam ficando propensas a alternativas de vida consideradas ilegais, mas que garantem sua subsistência. Isso se percebe, por exemplo, ao observar a opção majoritária das mulheres por práticas delituosas que lhes favorecessem algum tipo de benefício financeiro adequável à satisfação de suas necessidades básicas ou aos seus interesses particulares. (IRELAND; LUCENA, 2013, p.117).

Além da situação econômica desfavorável, foi demonstrado por vários estudos que o nível de escolarização da maioria das participantes era baixo, não chegando a atingir o ensino médio (IRELAND; LUCENA, 2013; LESSA et al, 2012; NICOLAU et al, 2012; OLIVEIRA et al, 2013). Alguns autores pressupõem que (IRELAND; LUCENA, 2013, p.116):

[...] isso tenha a ver com as já conhecidas justificativas da evasão escolar, especialmente quando se trata de mulheres, como a não permissão dos pais, devido ao medo de que suas filhas se desencaminhem; as obrigações com as tarefas domésticas; a falta de condições financeiras (material didático, vestuário, calçados etc.); os declarados desinteresses pela escola – por lhes atribuírem pouco significado; e a necessidade de trabalhar para ajudar na renda familiar. (IRELAND; LUCENA, 2013, p.116).

As explicações fornecidas pelos autores citados remetem à uma metáfora de Woolf (2015) sobre a opressão enfrentada pela mulher que exerce alguma atividade profissional ou algum tipo de atividade remunerada na sociedade.

A metáfora revela a condição de sobrecarga da mulher que precisa trabalhar e, ao mesmo tempo, cumprir o papel feminino de cuidadora do lar. Para exercer o acúmulo das funções atribuídas, as mulheres precisam utilizar do recurso financeiro disponível para a manutenção da família – compra de alimentos, vestimentas e garantia de uma moradia -, priorizando o bem-estar familiar antes aos seus projetos pessoais. A autora da narrativa resgata uma personagem, uma heroína, de um famoso poema denominado “Anjo do Lar” - escrito por Coventry Patmore. Na metáfora, o Anjo do Lar foi apresentado como um fantasma feminino, que se encontra presente em todo o lar, incomodando, atormentando e influenciando as mulheres a se comportarem como pessoas puras, afáveis e meigas. Orientadas pelo Anjo do Lar, elas devem se sacrificar todos os dias em prol do bom convívio familiar, nem que para isso precisem mentir ou ocultar suas vontades e opiniões (WOOLF, 2015).

## Conclusões

A amostra composta pelos estudos selecionados permitiu delinear o predomínio de características que compõem dimensões sociais e econômicas no grupo de mulheres em situação de prisão em unidades prisionais localizadas em estados de três regiões do Brasil - Nordeste, Sudeste ou Centro-oeste.

Nesses estudos, observou-se a predominância de mulheres jovens, negras (pretas e pardas), solteiras, com baixa ou nenhuma renda e baixa escolaridade. Diante desse perfil social e econômico, foi discutida a condição econômica desfavorável que incide nesse grupo como um reflexo do desprestígio feminino acarretado pela desigualdade de gênero.

Outras características relativas à condição penal também apontaram para um perfil predominante representado por mulheres réis-primárias, em aprisionamento provisório e em perda da liberdade devido ao crime de tráfico de drogas. O uso de drogas ilícitas e/ou lícitas também demonstrou ser frequente nesse grupo, assim como os relatos de violência sofrida antes e no cárcere.

As dimensões sociais e econômicas que caracterizam a vida de mulheres em situação de prisão são importantes questões de gênero que os gestores podem considerar por ocasião da elaboração de políticas públicas que tenha essa população como alvo, bem como para subsidiar o planejamento das ações que realizam, por meio do trabalho das práticas profissionais, as diferentes políticas públicas cujas dimensões intersectam com os problemas e necessidades levantadas ao longo este estudo.

## Referências

ANJOS, S.J.S.B. et al. Fatores de risco para o câncer de colo do útero em mulheres reclusas. *Rev bras enferm [online]*, v.66, n.4, p.508-13, 2013.

BARCINSKI, M. Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se "transformar em homem" na prisão. *Psico-USF [online]*, v.17, n.3, p. 437-446, 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 29 out. 2015.

BRASIL. *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984a*. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília. Disponível

em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm)>. Acesso em: 21 out. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Ministério da Justiça: 2014a.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: INFOPEN MULHERES*. Ministério da Justiça: 2014b.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário*. 2. ed. Brasília: MS, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria interministerial nº 1*, de 2 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: MS, 2014c.

CARVALHO, M.L. et al. Perfil dos internos no sistema prisional do Rio de Janeiro: especificidades de gênero no processo de exclusão social. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.11, n.2, p.461-471, 2006.

CENTRO PELA JUSTIÇA E PELO DIREITO INTERNACIONAL, CEJIL et al. *Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil*. 2007. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Relato%CC%81rio-para-OEA-sobre-Mulheres-Encarceradas-no-Brasil-2007.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

DESCRITORES EM CIÊNCIAS DA SAÚDE: DeCS. rev. e ampl. São Paulo: BIREME/OPAS/OMS, 2015. Disponível em: <<http://decs.bvsalud.org>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

FERREIRA, V.P. et al. Prevalência e fatores associados à violência sofrida em mulheres encarceradas por tráfico de drogas no Estado de Pernambuco, Brasil: um estudo transversal. *Ciênc. saúde coletiva [online]*, v.19, n.7, p. 2255-2264, 2014.

IRELAND, T.D.; LUCENA, H.H.R. O Presídio Feminino como espaço de aprendizagens. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 113-136, jan./mar. 2013. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>. Acesso em: 28 jan. 2016.

LESSA, P.R.A. et al. Presença de lesões intraepiteliais de alto grau entre mulheres privadas de liberdade: estudo documental. *Rev Latino-Am Enfermagem [online]*, v.20, n.2, p.354-361, 2012.

MIRANDA, A.E.; MERCON-DE-VARGAS, P.R.; VIANA, M.C. Saúde sexual e reprodutiva em penitenciária feminina, Espírito Santo, Brasil. *Rev Saúde Pública [online]*, v.38, n.2, p.255-260, 2004.

NICOLAU, A.I.O. et al. Retrato da realidade socioeconômica e sexual de mulheres presidiárias. *Acta paul enferm [online]*, v.25, n.3, p.386-92, 2012.

OLIVEIRA, L.V et al. Perfil epidemiológico de presidiárias no estado da Paraíba-Brasil: estudo descritivo. *Online Brazilian Journal of Nursing*, v.12, n.4, p.1-11, 2013.

- PÍCOLI, R.P. et al. Gestação e puerpério no cárcere: estudo descritivo da atenção à saúde. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v.38, n.1, p.67-82, 2014.
- QUITETE, B. et al. Transtorno de estresse pós-traumático e uso de drogas ilícitas em mulheres encarceradas no Rio de Janeiro. *Rev Psiq Clín*, v.39, n.2, p.43-7, 2012.
- RAMPIN, T.T.D. *Mulher e sistema penitenciário: a institucionalização da violência de gênero*. In: Sistema Penal e gênero: tópicos para a emancipação feminina/Paulo César Corrêa Borges (organizador). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- SAFFIOTI, H.I.B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528p.
- SCHERER, A.A.P.; SCHERER, E.A. Concepções e Vivências de Mulheres Encarceradas Sobre a Violência. *Cogitare Enferm*, v.14, n.3, p.435-40, Jul/Set. 2009.
- SCHERER, Z.A.P. et al. Perfil sociodemográfico e história penal da população encarcerada de uma penitenciária feminina do interior do estado de São Paulo. *SMAD, Rev Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog* (Ed. port.) [online], v.7, n.2, p.55-62, 2011.
- SCOTT, JOAN. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, v.20, n.2, p.71-99, 1995.
- STRAZZA, L. et al. Estudo de comportamento associado à infecção pelo HIV e HCV em detentas de um presídio de São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p.197-205, jan., 2007.
- WOOLF, V. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre-RS: L&PM POCKET, 2015.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Women's health in prison: Correcting gender inequity in prison health*. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe, 2009. Disponível em: <[http://www.euro.who.int/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0004/76513/E92347.pdf](http://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0004/76513/E92347.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2016.